

A CONSTITUIÇÃO DE EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Vânia Meneghini da Rocha ¹
Beatris Rosalina Michels ²
José Luiz Nogueira ³

RESUMO

Esta investigação científica apresenta resultados de uma pesquisa acerca da atuação de equipes multiprofissionais no âmbito da educação formal, especificamente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O objetivo central busca verificar se há constituição de equipes multiprofissionais como estratégia política institucional, presente nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), bem como reconhecer características de sua organização. No percurso metodológico, adotou-se uma abordagem de paradigma qualitativo, com estudo bibliográfico, destacando a contribuição da obra organizada por Yannoulas (2017), e documental, a partir da coleta e organização de dados provenientes dos Planos de Desenvolvimento Institucionais dos 38 IFs. Durante a análise, foi possível verificar que há formação de equipes multiprofissionais na maioria das instituições, evidenciando a constituição de políticas institucionais no âmbito de cada IF. Embora haja variação em sua composição e alguma variação na denominação (equipe multiprofissional, multidisciplinar e outras), foram localizados no interior das discussões sobre permanência e êxito, ensino, assistência estudantil, apoio psicopedagógico, educação inclusiva. Por fim, a análise preliminar apreendeu aspectos amplos dessa organização, sem detalhamento, mas que direcionam seus campi para uma atuação coletiva, multiprofissional, permitindo-nos perceber o anseio por conexões articuladas, interdisciplinares entre as áreas e com foco no desenvolvimento integral dos estudantes, sua formação integral.

Palavras-chave: Educação, Equipe Multiprofissional, Equipe Multidisciplinar, Instituto Federal, Plano de Desenvolvimento Institucional.

INTRODUÇÃO

A educação, aqui compreendida como constitutiva do sujeito, constituída por ele, é um direito subjetivo inalienável, motivo de histórica luta em defesa de sua garantia. Neste

¹ Graduação em Pedagogia, Especialização em Práticas Pedagógicas na Educação Básica e Mestrado em Educação, Pedagoga - Técnica Administrativa em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC), Araquari, Brasil. E-mail: vania.rocha@ifc.edu.br

² Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas do Instituto Federal Catarinense (IFC), Araquari, Brasil. E-mail: beatris.michels@outlook.com

³ Graduação em Agronomia, Mestre em Produção Vegetal, Assistente de Alunos - Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC), Araquari, Brasil. E-mail: jose.nogueira@ifc.edu.br

estudo, dedicamo-nos a debater sobre a atuação de equipes multiprofissionais no âmbito da educação formal, especificamente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e sua contribuição para a manutenção e defesa do direito à educação e desenvolvimento integral dos estudantes.

No entanto, o debate sobre a atuação de equipes multiprofissionais no campo da educação é uma discussão contemporânea, que prescinde ampliação e compartilhamento de conhecimentos, para fortalecimento e qualificação do seu trabalho nas instituições de ensino. No campo da saúde já existe uma discussão sólida sobre o trabalho de equipes chamadas multiprofissionais ou multidisciplinares, já na educação as discussões em torno do tema emergiram com mais vigor a partir dos anos 2000 (YANNOULAS, 2017).

Também vale destacar que existem estudos sobre a atuação de profissionais de outras áreas, como saúde, serviço social, psicologia no campo da educação, isoladamente, mas ainda carece de pesquisas sobre a atuação multiprofissional como política institucional, como atuação integrada, organizada de modo articulado, para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Diante disso, optamos pela investigação de um grupo específico de instituições de ensino, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituições marcadas pela diversidade de cursos, níveis e modalidades de ensino, integrando ensino, pesquisa e extensão, reorganizadas no processo de expansão da Rede Federal, comprometidas com a promoção da inclusão social e formação humana e cidadã (PACHECO, 2011), nas quais é possível verificar a atuação de profissionais de diversas áreas, tais como: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, profissionais da saúde, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros, compondo o quadro de servidores técnicos administrativos, no acompanhamento e atendimento à comunidade escolar.

Para realizar este estudo, optamos por desenvolver uma revisão bibliográfica preliminar, destacando a contribuição da obra organizada por Yannoulas (2017), seguida de levantamento documental focalizado nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) vigentes, documentos que delineiam a política e organização institucional dos Institutos Federais e, por fim, apresentar uma análise de abordagem qualitativa.

A partir destes caminhos metodológicos, temos como objetivo central verificar se há constituição de equipes multiprofissionais como estratégia política institucional, presente nos

Planos de Desenvolvimento Institucionais, bem como reconhecer características de sua organização.

METODOLOGIA

No percurso metodológico, prevalecem a pesquisa do tipo documental e bibliográfica, e a análise qualitativa.

Primeiramente, realizamos levantamento bibliográfico, buscando localizar produções teóricas sobre o tema, com base em material já elaborado e analisado, visto que a fundamentação resulta do conhecimento deste, ressaltando que é através da revisão da literatura, utilizando-se de importantes fonte de pesquisa, que o autor consegue solucionar dúvidas relacionadas a este (FONTELLES *et.al.*, 2009).

Para isso, realizamos busca por artigos científicos publicados e disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES⁴, pois seu sistema está integrado à várias bases relevantes de pesquisa, ampliando seu alcance, e também no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os seguintes descritores correlacionados: “Equipe Multiprofissional - Educação”, “Equipe Multiprofissional - Escola”, “Equipe Multidisciplinar - Educação”, “Equipe Multidisciplinar - Escola”.

Nesse sentido, o estudo bibliográfico foi fundamental, pois proporcionou maior compreensão sobre o tema, por meio de artigos publicados em periódicos, livros, dentre outros instrumentos de caráter científico.

Em seguida, passamos ao levantamento documental, considerando que,

no âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. (SILVA *et al.*, 2009, p. 4555)

Nesta etapa, realizamos busca *on-line* dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) dos 38 Institutos Federais (IFs)⁵, pois trata-se de um documento da mais alta

⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁵ Instituto Federal do Acre (IFAC), Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Instituto Federal de Brasília (IFB), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal Goiano (IF

importância, contém objetivos e metas da instituição, o projeto pedagógico, a organização didático-pedagógica, por meio deles, os IFs operacionalizam suas políticas educacionais. Nestes planos, buscamos encontrar expressões como “equipe multiprofissional” e “equipe multidisciplinar” para localizar informações relacionadas ao objetivo da pesquisa. Além disso, em cada um deles, buscamos identificar aspectos que permitissem ampliar a discussão sobre a temática.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental diferem entre si pela natureza dos textos, ainda que sejam parecidos. O autor ainda acrescenta que

pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios (GIL, 2008, p. 47).

Por fim, este estudo propõe uma análise preliminar qualitativa que, segundo Minayo (2001), permite observar os significados, os motivos, as relações, os fenômenos e os processos, ou seja, preocupa-se com aspectos que não podem ser quantificados.

Segundo Stake (2011, p.21), na abordagem qualitativa, “significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana” e, na qual, o pesquisador também é instrumento, ao observar ações e contextos, utilizando sua experiência pessoal ao fazer interpretações.

Tendo em vista, o papel do pesquisador na contribuição para a ciência, como também o caráter do objeto de pesquisa, entendemos que este percurso metodológico é o mais adequado para o desenvolvimento desta pesquisa.

Goiano), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal do Pará (IFPA), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de Roraima (IFRR), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Instituto Federal de Sergipe (IFS), Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação formal, sistematizada no Brasil por meio de políticas educacionais, é considerada uma modalidade da política social, uma estratégia para organizar e operacionalizar a coisa pública (SAVIANI, 2011). Exemplo disso, podemos observar na organização de redes de ensino, dentre as quais encontra-se a Rede Federal e, nela, os Institutos Federais, como uma estratégia de instituição de ensino diversificada que integra

educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008)

Nessas instituições, assim como em todas do Brasil, o processo educativo é complexo, desafiador, ainda mais que, a educação profissional e tecnológica ainda apresenta altos índices de reprovação e evasão, desde antes da pandemia, agravados pela desigualdade de oportunidades educacionais, dificuldades de aprendizagem por causas diversas, entre outros que nos fazem questionar: Como garantir o acesso, permanência e êxito num país com profundas desigualdades sociais? Esta é uma questão que diz respeito à vida em sociedade, mas que interferem na aprendizagem escolar, pois a escola não é uma ilha.

Talvez por isso,

encontremos a razão da importação para a cena educativa de modelos construídos (com sucesso) noutros domínios e que passam pela colaboração e articulação de diferentes profissionais, organizados em equipes multiprofissionais (GARCIA, 1994, p. 11).

Neste cenário, vale destacar importante marco para a democratização do acesso e inclusão social na Educação Superior, através da instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, o qual é considerado o principal programa de permanência a estudantes socioeconomicamente vulneráveis e que define as principais ações de assistência estudantil (YANNOULAS, 2017).

Se, por um lado a expansão da rede contribuiu para ampliação e democratização do acesso, por outro lado,

uma parcela mais pobre e diversificada de estudantes adentra a universidade. Esse fenômeno vem acompanhado de novos desafios, não apenas aqueles relacionados à qualidade de ensino, mas também os concernentes à permanência e titulação com sucesso de estudantes socioeconomicamente

vulneráveis. Neste sentido, destaca-se a importância da assistência estudantil e a atuação da equipe de profissionais executora da política (YANNOULAS, 2017, p. 38).

A autora ainda destaca que, dada a complexidade do percurso formativo do estudante, pois extrapola o recorte educacional, é necessário trabalhar em diversas frentes para enfrentá-lo, dentre as quais podem incluir profissionais da saúde, psicologia, serviço social, entre outros, atuando de modo integrado à profissionais da pedagogia e demais profissionais da educação.

Segundo Silva (2016, p. 142),

as referências sobre o trabalho desses profissionais em contexto escolar no cenário brasileiro, embora escassas nos documentos normativos oficiais, puderam ser, em parte, identificadas nas orientações individuais apresentadas pelos Conselhos Regionais e Federais dos profissionais da Fonoaudiologia e da Psicologia.

Além disso podemos identificar desde muito, movimentos também da área de Assistência Social em defesa de uma vinculação com a área da Educação, por entender que a “viabilização do acesso à benefícios e serviços assistenciais, cumpre-se no seio de um propósito maior, que é a universalização da educação como política social, e não como mercadoria” (PEREIRA e SOUZA, apud YANNOULAS, 2017, p. 77).

Sob esse viés, é possível compreender que a vinculação orgânica entre diferentes áreas, atuando nas escolas com o mesmo propósito, podem contribuir para a democratização e universalização da educação como direito, por conseguinte, para o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania.

Vale destacar que, nas instituições de Educação Superior, é possível identificar a presença de profissionais de outras áreas no quadro de servidores técnicos-administrativos que atuam no atendimento, acompanhamento dos estudantes, não somente da área da pedagogia. Isso está relacionado principalmente à implementação do PNAES, como dito anteriormente.

No entanto, a Educação Básica carece de políticas educacionais que traduzam no contexto da prática a constituição de equipes multiprofissionais, quando há, em geral, estão relacionadas de modo mais restrito ao atendimento de estudantes da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Recentemente, foi sancionada a lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, após quase duas décadas de tramitação, desde o Projeto de Lei nº 3.688 do ano de 2000 que visava regulamentar a inserção de assistentes sociais e psicólogas nas redes públicas de educação básica.

Esta lei dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de Educação Básica, apresentando-os como integrantes de uma equipe multiprofissional, sem dúvida, um importante avanço, que precisará de ações, investimentos e políticas concretas para se efetivar no contexto da prática.

Os Institutos Federais, por sua vez, coadunam Educação Superior e Educação Básica, articulada à educação profissional, prioritariamente por meio do ensino médio integrado, trazendo consigo a defesa da formação humanística e integral dos estudantes e contam, em seus quadros de servidores, com profissionais de várias áreas, como dito anteriormente.

Diante disto, nos indagamos sobre como se apresenta o trabalho destes profissionais de diversas áreas no planejamento institucional dos IFs? É possível verificar a configuração de uma política institucional que articule o trabalho destes profissionais enquanto equipes multiprofissionais?

Para investigar estas e outras indagações, nos debruçamos à leitura e análise dos Planos de Desenvolvimento Institucionais, conforme pode ser acompanhado, na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, na busca por artigos, teses ou dissertações, encontramos poucos achados relacionados, a partir dos descritores utilizados. As pesquisas são voltadas, quase em sua totalidade, para a área da saúde e nos escassos achados relacionados à escola e/ou educação, fazem referência à Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Na dissertação de mestrado de Déroulède (2002), intitulada “O setor de apoio no processo inclusivo escolar”, verifica-se as implicações decorrentes das relações entre a equipe multiprofissional, que compõe o setor de apoio, a unidade escolar, representada por duas professoras, uma família e uma estudante com Síndrome de Down, fazendo uma análise sobre as implicações do processo inclusivo. Neste caso, as equipes são formadas por profissionais “das áreas paramédica (psicólogos, fonoaudiólogos), educacional (psicopedagogos,

pedagogos, professores licenciados), social (assistente social) e outros profissionais, como professor de métodos e recursos, intérpretes” (DÉROULÈDE, 2002, p. 13). Contudo trata-se de um projeto onde são formados setores de apoio à inclusão nas unidades de referência, que são escolas especiais, para suporte às escolas inclusivas, no estudo, foram evidenciadas diversas dificuldades para desenvolver o trabalho proposto às equipes multiprofissionais.

Outro exemplo encontrado na revisão de literatura foi a dissertação de Silva (2016), intitulada “A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva” que descreve e analisa as ações de uma equipe multiprofissional, formada por três fonoaudiólogos, três psicólogas e uma pedagoga, e busca identificar, juntamente com os profissionais da equipe, estratégias para aperfeiçoá-lo. Nesta pesquisa, a autora conclui que o serviço de uma equipe multiprofissional pode contribuir com a construção de escolas mais inclusivas, desde que seja pautado numa filosofia única de trabalho e que haja formação continuada permanente da equipe em propostas colaborativas.

Com isso, é possível verificar que pode haver variação na composição das equipes multiprofissionais que atuam em escolas. Essa característica também pode ser observada durante a leitura dos PDIs dos Institutos Federais, etapa dedicada ao levantamento documental.

Nesta etapa, documental, foi realizada a busca pelos Planos de Desenvolvimento Institucionais vigentes, nos sítios eletrônicos dos 38 Institutos Federais, dos quais, 4 não foram localizados, sendo assim, foram verificados 34 PDIs.

Nosso levantamento indicou inicialmente que as expressões “equipe multiprofissional” e “equipe multidisciplinar” podem ser localizadas em outras áreas, como percebemos com frequência relacionadas à organização da Educação à Distância. Mas, sem dúvida, apareceram com maior frequência no interior das discussões sobre permanência e êxito, ensino, assistência estudantil, apoio psicopedagógico, educação inclusiva.

Foi possível identificar a apropriação da denominação “equipe multiprofissional” em 17 IFs (IFC, IFAC, IFAP, IFBaiano, IFB, IFCE, IFMA, IFMS, IFMT, IFPB, IF Sertão PE, IFPI, IFPR, IFFarroupilha, IFRO, IFRR, IFTO), do termo equipe multidisciplinar em 10 IFs (IFBA, IFNMG, IFG, IFSUDESTEDEMINAS, IFTM, IFSULDEMINAS, IFF, IFRN, IFSUL, IFS) e também de outras formas de denominação, como por exemplo equipe interdisciplinar (IFSC), apoio multiprofissional (IFES), Coordenadoria Sociopedagógica (IFSP), comissão ou

equipe de assistência estudantil (IFAL e IFRS), e, em 2 planos, não identificamos denominação de proposta coletiva de atuação destes profissionais especificamente (IF Goiano e IFMG), mas sim projetos e programas voltados para permanência e êxito, assistência estudantil e apoio pedagógico. Essa denominação, ainda que diversa, remete a equipes formadas por profissionais de diversas áreas, que atuam nestas escolas, com vistas a objetivos, em geral, muito próximos.

O plano do Instituto Federal do Maranhão indica que implementa políticas para o atendimento aos discentes buscando

democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais, reduzir as taxas de evasão e promover a inclusão social. Nesse sentido as equipes multiprofissionais nos campi oferecem atendimento nas áreas específicas de atuação, promovendo uma educação integral a partir do atendimento às diferentes demandas apresentadas pelos discentes e suas famílias (IFMA, 2019, p. 55-56).

No mesmo sentido verificamos no plano do Instituto Federal Fluminense, em que o Programa de Assistência Estudantil é considerado um “esforço coletivo empreendido na perspectiva da construção da Política de Apoio à Formação Integral do Estudante” (IFF, 2015, p. 244). O plano ainda explica que este programa

possui um conjunto de ações, serviços e projetos articulados, não se resume em concessões de bolsas e auxílios. Para que isso aconteça, a Assistência Estudantil deverá, minimamente, ser composta por equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo, nutricionista, pedagogo/TAE e servidor com função administrativa para que haja um acompanhamento efetivo aos discentes no que se refere a questões sociais, pedagógicas, psicológicas e de saúde (IFF, 2018, p. 247).

Neste caso, é possível verificar o reconhecimento da instituição sobre a necessidade de compor esta equipe, para que tenha condições objetivas de recursos humanos, para desenvolver o que é proposto no programa.

Os profissionais que atuam nas equipes se apresentam de modos variados, com maior frequência para pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, integrando também assistentes de alunos, técnicos em assuntos educacionais, docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado, tradutores, enfermeiros e nutricionistas; também há equipes formadas por outros profissionais: odontologia, medicina, bibliotecários, auxiliar de biblioteca e profissionais de educação física.

Pode-se considerar, diante disto, que não há evidências de uma política consolidada ou organização de âmbito nacional que defina ou assegure o trabalho destas equipes nas escolas, salvo pelas indicações do PNAES e da recente publicação lei nº 13.935/19, mas sim, ações que configuram políticas institucionais, no âmbito de cada IF, que demonstram um movimento de organização da grande maioria destas instituições no sentido de construir uma ação coletiva, enquanto equipes, que atuam em conjunto, com objetivos comuns e não ações isoladas.

Importante destacar que os Planos de Desenvolvimento Institucionais são documentos amplos, cujas ações são detalhadas, sistematizadas por normas, diretrizes e regulamentos complementares. Por isso, não é possível, neste nível de análise, alcançar a percepção detalhada sobre a organização do trabalho destas equipes, seus métodos e desafios. Este é um profícuo campo de pesquisa que, mais explorado, certamente contribuirá para o compartilhamento de conhecimentos e aprimoramento da prática multiprofissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível ampliar a compreensão sobre a relevância da atuação de equipes multiprofissionais no âmbito da educação formal, ainda que na busca por materiais para a elaboração desta pesquisa, verificamos escassez de trabalhos relacionados à educação, sendo que as obras, em sua maioria, são voltadas para a área da saúde.

Percebemos, através da leitura dos 34 PDIs, a constituição de equipes multiprofissionais na maioria dos IFs, que por sua vez, multiplicam-se nos campi, podendo ser compreendida como uma estratégia política institucional. Essa presença, ainda que seja apresentada através de denominações variadas, estão relacionadas às discussões sobre permanência e êxito, ensino, assistência estudantil, apoio psicopedagógico, educação inclusiva, permitindo-nos perceber o anseio por conexões articuladas, interdisciplinares entre as áreas e com foco no desenvolvimento integral dos estudantes, sua formação integral.

Entretanto, cabe ressaltar a importância do fortalecimento do trabalho destes profissionais enquanto equipe, de modo articulado entre si, dentro de cada campus, coletivamente, em cada IF, em articulação com a rede de apoio disponível nas regiões onde estão inseridos. Para isso, a formação continuada, o diálogo e a troca de experiências têm

papel fundamental para o fortalecimento e aprimoramento deste trabalho, de modo a contribuir para a consolidação e ampliação desta estratégia institucional.

Nesse sentido, uma possibilidade interessante é o incentivo à realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório por estudantes das licenciaturas, da Saúde, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia no espaço educacional, junto às equipes multiprofissionais, em defesa de uma perspectiva de formação humana integral e, por conseguinte, apreensão e exercício da atuação colaborativa destes profissionais, desde a formação inicial.

Isso pois, o processo educativo é desafiador, cada sujeito percorre um caminho singular no seu processo formativo, de ensino e aprendizagem. Também existem desigualdades de oportunidades educacionais, dificuldades de aprendizagem originadas por causas diversas, problemas estruturais históricos na educação brasileira. O enfrentamento a esses problemas, requer investimentos, observação das metas estabelecidas nacionalmente, regionais, e também ações focalizadas, locais, mobilizadas no interior das instituições de ensino.

Por fim, entendemos que essas discussões, promovem o reconhecimento do trabalho das equipes multiprofissionais nas escolas e, embora sejam processos históricos recentes, para avançar, é preciso garantir a admissão destes profissionais e, para além disso, repensar concepções e práticas constantemente, oportunizando trocas de experiências, com vistas à formação e fortalecimento de equipes integradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 30 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2021.

DÉROULÈDE, N. H. *O setor de apoio no processo inclusivo escolar*. 2002. 146f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, Belém, v.23, n.3, p.01-08, 2009.

GARCIA, M. A. de A. G. *Multiprofissionalismo e intervenção educativa: as escolas, os projectos e as equipas*. Lisboa: Asa, 1994.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE –IFC. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023*. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PACHECO, E. M. *Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo, SP: Moderna, 2011.

SILVA, L. R. C. da. *Pesquisa Documental: Alternativa investigativa na formação docente*. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. 2009. Disponível em : <https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 30 set 2021.

SILVA, M. A. B. da. *A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7545>. Acesso em: 29 set. 2021.

STAKE, R. E. *Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). *O trabalho das equipes multiprofissionais na educação: 10 anos do grupo de pesquisa TEDis*. Curitiba: Editora CRV, 2017. 242 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1D_Rh4nFwL46FyjZcL-SiuwWkuhvFOIBC/view. Acesso em: 29 set. 2021.